



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2012 -----

Aos vinte e sete do mês de abril do ano de dois mil e doze, pelas dezoito horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

Faltaram à presente sessão os membros municipais Aurora Maria Pereira Peixoto e Pereira , Francisco Ribeiro Martins, José Marcelino Gonçalves Silva e Maria da Glória Leite Nunes, tendo apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. -----

Os membros da Assembleia Municipal Maria Laura Esperança Ínsua Pereira e José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitados de comparecerem a esta sessão da Assembleia Municipal, requereram a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78º nº1 e nº2 e 79º nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelos cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista: Carlos Filipe Meireles Macedo e Artur Jorge Silva Miguel. --

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

Face à ausência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o membro municipal Maria Fernanda Lemos Cunha, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, substituiu-a, tendo designado, interinamente e para esta reunião, o membro municipal Artur Jorge Silva Miguel para desempenhar as funções de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, e o Deputado José Joaquim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Ribeiro Pereira Afonso para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

Considerando que ao longo da sessão o sistema de gravação sofreu problemas técnicos, não foi possível a reprodução exata das intervenções, pelo que grande parte da presente ata foi elaborada com recurso aos apontamentos retirados durante a sessão e aos documentos fornecidos pelos membros municipais intervenientes. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva iniciou a sua intervenção questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de desenvolvimentos relativamente à questão dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES), evidenciando a degradação dos serviços prestados na área da saúde no Concelho de Mondim de Basto e referindo que Mondim de Basto pertence administrativamente ao ACES do Alto do Ave mas que na realidade está afeto a Vila Real. Em segundo lugar, referiu-se ao Projeto de Regeneração Urbana, afirmando que de facto o projeto foi aprovado em reunião de Câmara mas que tal aprovação não impede os membros municipais de afirmar que o mesmo tem falhas e que estas devem ser corrigidas enquanto é tempo, no momento em que os erros são detetados, e não depois de concluída a obra, quando o mal já está feito. O facto de terem votado favoravelmente, não significa que aceitam que os projetos são imutáveis e não alteráveis. Por outro lado, o grupo do CDS-PP entende que os erros não podem ser imputados aos técnicos, visto que estes podem estar condicionados pela decisão política do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

presidente ou vereadores executivos, e que os erros podem e devem ser corrigidos, uma vez que já houve alterações no projeto inicial, devendo procurar-se corrigir em tempo útil e sendo esta a obrigação da assembleia, enquanto órgão fiscalizador. Para finalizar, manifestou que o grupo municipal está também preocupado com a colocação de árvores, que não faziam parte do projeto inicial de regeneração urbana, e que deve ser visto isoladamente uma vez que nele não estava contemplado o corte e retirada das anteriores árvores. Porquê então gastar dinheiro a arrancar árvores que já existem para comprar outras numa câmara que se diz falida? Neste sentido, urge que o executivo informe esta Assembleia dos custos reais deste arranque e compra de árvores, uma vez que são sobejamente conhecidos os prejuízos causados pelas árvores agora colocadas, como sejam na saúde, as alergias nos olhos e vias respiratórias provocadas pelos pêlos dos frutos e folhas, nos pisos das ruas e passeios, onde as suas raízes provocam danos, nos automóveis estacionados junto delas, cuja tinta fica rapidamente queimada pelas corrosões dos Pólenes. Terminou dizendo que, tal como em 2008 o senhor Presidente exigiu o corte duma árvore da mesma família na Escola da Igreja, também entendem ter hoje o mesmo direito de exigir que estes prejuízos não sejam causados aos munícipes. Terminada a sua intervenção entregou um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal referente a estas questões anteriormente abordadas. -----

O Senhor Presidente da Junta de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes usou da palavra para lamentar o facto de vários paralelos, recentemente colocados, estarem a ser levantados pelas canalizações da água. Referiu que o acesso ao Parque de Campismo está péssimo, sendo necessário melhorá-lo. Acrescentou que foi apresentado à autarquia um pedido de colocação de lombas à entrada da Serra e que até à data nada foi feito. Relativamente ao Projeto da Regeneração Urbana, afirmou que a Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Freguesia de Mondim de Basto considera que foi má opção a plantação de plátanos na Avenida Dr. Augusto Brito e na Avenida da Igreja. Referiu que, relativamente à linha de alta tensão, o Senhor Presidente da Câmara utilizou o abaixo-assinado da Junta de Mondim para enviar cartas mas que não consegue resolver este problema, que vai voltar novamente à discussão pública. Entende que o Senhor Presidente da Câmara deve esclarecer novamente o povo sobre o que se passa. Para terminar, referiu-se a uma notícia que, em seu entender, prova que a Câmara Municipal tentou prejudicar a Junta de Freguesia de Mondim de Basto ao candidatar-se ao GIP, uma vez que a Junta já tinha este projeto. Considera que a Câmara tentou prejudicar o serviço da Junta de Freguesia e que não trabalha em harmonia com ela mas congratulou-se pelo facto de ter obtido nesta data a confirmação do êxito da candidatura ao GIP para a Junta de Mondim de Basto. -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira iniciou a sua intervenção referindo-se ao relatório do Simplex Autárquico 2010/2011 recentemente publicado, facto pelo qual o executivo aproveitou para fazer uma manchete, que passou a citar: «*Neste relatório, Mondim de Basto é a única Câmara do distrito de Vila Real com este desempenho e a única na Região de Basto*». O membro municipal referiu que, para quem não leu o relatório, a Câmara de Chaves, que também é do distrito de Vila Real, obteve a taxa de execução de 100 %, sendo assim no distrito de Vila Real a câmara melhor colocada e que, da região de basto, a Câmara de Mondim de Basto é a melhor porque também é a única da região que aderiu ao programa. Acrescentou que mais de metade dos municípios do país não aderiu a este programa, sendo os próprios municípios que indicam as medidas a que se propõem. A Câmara de Mondim de Basto sugeriu treze medidas, entre as quais o site da biblioteca municipal online, o site do museu municipal online e o Plano Diretor Municipal online. Acrescentou que, ainda assim, das treze propostas que se comprometeu em fazer, falhou duas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Considera que, não obstante a importância das medidas, a forma como estas são divulgadas carecem de algum rigor e seriedade. De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara se a plantação de árvores em determinados lugares na Avenida Dr. Augusto Brito e na Avenida da Igreja faz parte do projeto de regeneração da vila ou, caso não faça, qual o custo do projeto e qual a empresa que vai prestar o serviço. Na sua opinião, a questão das árvores não se prende com a questão estética, que é subjetiva, mas sim com questões de segurança e de saúde. Acrescentou que gostava de saber qual o estado da biblioteca, uma vez que já está o site online, de acordo com o Simplex, faltando agora explorar o edifício. Relembrou também que no final do ano passado foi adquirida, por ajuste direto, uma viatura para a oficina móvel, pelo que questionou o Senhor Presidente da Câmara se havia uma previsão para a aplicação deste serviço para a população. Deixou também um alerta para a situação do caminho de acesso ao parque de campismo pois o piso encontra-se em muito mau estado. Referiu que, em entrevista ao jornal local, o Senhor Presidente da Câmara acusou a Administração Regional de Saúde do Norte de não envolver a autarquia na questão da assistência médica do Concelho, mas acrescentou que na última Assembleia Municipal questionou, por duas vezes, o Senhor Presidente da Câmara sobre qual tinha sido o assunto abordado com os responsáveis da saúde, não tendo obtido qualquer resposta. Considera que esta falta de envolvimento e de esclarecimento não acontece só com as direções regionais, lamentando que sejam os munícipes os principais atingidos destas atitudes. Para terminar, deixou uma questão relativamente ao tribunal e ao seu possível encerramento. Tendo surgido uma notícia de uma tomada de posição por parte da autarquia, baseada numa notícia dum jornal económico, em que existe a possibilidade de encerrar o tribunal de Mondim de Basto, gostava de saber se o Senhor Presidente da Câmara teve algum tipo de informação oficial sobre este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

assunto, ou se a sua tomada de posição apenas se baseou na notícia do diário económico, e se já obteve resposta por parte da Ministra da Justiça sobre esta questão. -----

O membro municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para referir que a bancada do Partido Socialista deseja, nesta assembleia, manifestar, mais uma vez, a sua preocupação com as questões referentes à saúde no Concelho. Acrescentou que, tal como os outros colegas deputados já referiram, o Concelho de Mondim de Basto tem graves problemas na saúde. Salientou que não há resposta satisfatória do Ministério da Saúde nem da ARS-Norte relativamente às necessidades de assistência médica da população do Concelho, situação que tende a prejudicar-se devido ao aproximar do período de férias de verão em que dois dos médicos, marido e mulher, terão direito ao gozo de férias em conjunto, deixando nessa altura os serviços, apenas com dois médicos, em situação iminente de rutura. Relembrou que esta situação se enquadra na problemática cada vez mais evidente do crescente alheamento e abandono das regiões do interior que ficarão cada vez mais desertificadas. Salientou que valia a pena aqui recordar que, em situação análoga, ocorrida com o Governo anterior, perante o alertar para a mesma questão por parte do município, houve a colocação imediata de mais um médico, o que atenuou a gravidade da situação, restando-lhes, agora, aguardar para ver o que é que o Governo atual irá propor para o Concelho de Mondim de Basto. Terminou dizendo que, tal como as outras bancadas, também a bancada do Partido Socialista se preocupa com esta matéria. -----

O membro municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para abordar duas questões. A primeira para se referir à última Assembleia Municipal realizada em Campanhó, na qual grande parte dos representantes do CDS-PP não esteve presente, aguardando-se a resolução jurídica deste problema. Contestaram os prazos da convocatória da última



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

assembleia e como membros do CDS-PP já se manifestaram publicamente sobre tal incumprimento e aguardam. Não pode deixar de salientar que, em fevereiro de 2007, o Partido Socialista contestou com os mesmos fundamentos o não cumprimento dos prazos de envio de uma convocatória da Assembleia, tendo a mesma contestação sido aceite pela Mesa da Assembleia. Lamentavelmente a Mesa atual não teve o mesmo critério. Acrescentou que aguardam a evolução do processo e como tal estão impedidos, sem porem em dúvida o conteúdo que está transcrito na ata, de a aprovar. A segunda questão prende-se com uma preocupação sobre a qual estão todos preocupados e que tem a ver com as notícias do encerramento do Tribunal de Mondim de Basto, cujo texto da intervenção se passa a transcrever: *«Têm vindo a público notícias sobre o possível encerramento do Tribunal de Mondim de Basto, as quais têm, muito justamente alarmado a opinião pública e têm, forçosamente, que preocupar todos aqueles que se entregam à defesa dos interesses do Município. Sobretudo quando temos assistido nos últimos anos ao agravamento do isolamento do nosso concelho que, pouco a pouco, vê reduzido o conjunto de instituições que ao longo de séculos ou décadas foram mantidas como apanágio dum concelho que cresceu em vez de, como agora pode vir a suceder, decrescer perigosamente. Como sucedeu com o isolamento viário, com a falta de acessos condignos às vias rápidas que passam mesmo ao nosso lado sem que houvesse da parte dos responsáveis políticos que as realizaram ou aceitaram o cuidado de nos garantir acesso condigno a essas vias. Da parte do anterior Governo houve mesmo a desfaçatez de um Secretario de Estado das Obras Publicas vir prometer, em cerimónias, algumas delas realizadas no nosso concelho, essas ligações como compensação da Barragem, quando, sem o cumprir, o mesmo havia já sido prometido como compensação extinção da via-férrea que nos foi roubada. As notícias dão agora como balizas para a extinção dos tribunais a existência de menos do que 250 Processos. É sabido que no nosso Tribunal existem em média mais de 300 processos, só judiciais, porque se considerarmos os do Ministério Publico o número ainda é superior. É sabido que o centro de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

saúde, no âmbito de decisões governamentais, tem ficado sucessivamente limitado nos serviços que presta aos mondinenses. Fala-se ainda na possível extinção da Conservatória, das Finanças e de outros serviços públicos que reduzirão a importância do nosso Concelho e põem a sua existência futura em risco. É, pois, um dever que nos unamos na defesa da manutenção do Tribunal da Comarca de Mondim. E nessa matéria a posição do CDS-PP é muito clara: estaremos sempre na defesa dos interesses dos mondinenses, seja contra que instituições forem, e assim que obtivermos a certeza da decisão que o Ministério da Justiça vai tomar, apresentaremos uma Moção no sentido de fortalecer uma posição comum dos partidos aqui representados em defesa dos interesses dos mondinenses». -----

O membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida usou da palavra para, em primeiro lugar, falar sobre a questão da regeneração urbana. Considera que é evidente que um projeto desta natureza não podia manter as árvores que tinha no novo projeto. Por outro lado, vê sistematicamente o CDS-PP preocupado com as obras que este Executivo faz e não preocupado porque em mandatos anteriores não se fez nada. No que respeita à questão dos pólenes e outros problemas referidos, lembrou que, aquando da apresentação pública do projeto, viu lá umas árvores, esqueceu-se de perguntar quais eram, como se chamavam, mas tanto quanto sabe as árvores que se estão a plantar agora são plátanos, iguais às árvores que estão na sala de visitas do nosso país, em Lisboa. Por outro lado, considera que o Presidente da Junta de Mondim está indignado porque requer para ele os louros do recuo da linha de alta tensão. Em relação ao possível encerramento do Tribunal de Mondim e perante notícias vindas recentemente a público, na comunicação social, que incluem o Tribunal de Mondim no mapa agora alargado daqueles que o Governo pretende encerrar, manifestou a preocupação e oposição do Partido Socialista a esta grave medida, atentatória de um dos mais elementares direitos de um Estado Democrático, o acesso próximo e fácil a serviços que são garantia de segurança e bem-estar das populações. Consideram que vale a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pena realçar que o critério definido no estudo para esse encerramento se baseia no número de processos tratados por ano em cada tribunal, que deverão ser no mínimo 250. Acontece que, nos últimos quatro anos o número de processos entrados no Tribunal de Mondim, foi em todos largamente superior a este, cifrando-se numa média anual de 390. Fica assim evidente que, nem sequer este critério, já de si completamente arbitrário e insustentável, poderá justificar esse encerramento, sendo ele mais um sinal do desprezo e alheamento do Governo pelos interesses e necessidades da população de um concelho do interior, não levando em linha de conta os prejuízos e despesas acrescidas, que uma decisão deste tipo acarretará, ao obrigar quem tiver necessidades de recorrer a estes serviços, a deslocações a concelhos vizinhos ou até a Vila Real e a Chaves. Para terminar, referiu a crise económica que o país atravessa evidenciando que este Governo sistematicamente preza por atrofiar, fechar e mandar emigrar o povo português, porque pelos vistos vai fechar tudo, não promovendo o desenvolvimento da economia. De seguida passou a ler um bocado de um discurso feito pelo senhor deputado Fernando Avelino Silva nas comemorações do 25 de Abril do ano passado: *«Olhando no presente, os horizontes das esperanças desmoronaram-se, deixando o rasto da miséria, pobreza, e desorientação social. Por isso, os cravos murcharam e, para muitos, os ideais e valores de Abril foram traídos. Mais do que nunca a cultura da irresponsabilidade está a destruir a democracia. Se os nossos alicerces perderam a estabilidade é preciso reconstruir verdadeiros pilares que assentam no trabalho, no esforço e na dedicação. Precisamos de nos reerguer, de batalhar por um país mais justo, mais livre, onde as pessoas sejam verdadeiramente o centro, porque, minhas amigas e meus amigos, por mais que estejamos descontentes com as dificuldades, cabe-nos a cada um assumir o desafio da luta difícil e de a vencer, a exemplo dos antigos navegadores portugueses que remando por mares imensos e hostis souberam vencer os inúmeros obstáculos que tiveram que enfrentar»*. Para o membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida, este discurso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

feito durante as comemorações atribui as culpas à crise nacional, que não é de agora, mas na altura o deputado não referiu que ela era anterior, atribuindo a culpa ao Governo em exercício. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para referir que o Partido Socialista está muito preocupado com a questão da saúde mas o que é certo é que a mesma junta de freguesia tentou ter uma reunião com a Câmara Municipal sobre esta matéria e a mesma foi rejeitada. Relativamente à intervenção do membro municipal Carlos Meireles Macedo, referiu que teve uma reunião com o diretor de Cabeceiras de Basto que afirmou que a realidade de Mondim é que tem habitantes para quatro médicos. Considera que há um fator que dificulta pois o Senhor Presidente da Câmara prometeu em campanha uma unidade móvel de saúde que até hoje não está no terreno. Considera que esta evitava que muitos idosos viessem ao centro de saúde a Mondim de Basto mas que se está à espera da altura das eleições para pôr a unidade móvel de saúde em funcionamento e isto não está correto. Quanto à intervenção do deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida, referiu que não quer os louros da sua intervenção, pelo contrário, o Senhor Presidente da Câmara é que no que respeita à linha de alta tensão pretende usar os louros. Será que o Senhor Presidente da Câmara vai mandar uma cartinha os todos os que assinaram o abaixo-assinado, que recolheu, a explicar que afinal a linha de alta tensão sempre vem? Em seu entender, o Senhor Presidente da Câmara não aceitou a linha de alta tensão porque não tem contrapartidas e que não se pode aceitar a barragem e ser contra a linha de alta tensão. Quanto à regeneração urbana, afirmou que o grupo CDS-PP não está contra a obra mas não podem aceitar que haja erros que qualquer engenheiro que esteja em Mondim não veja. Não deveria estar corrigido junto aos correios aquele passeio em que não passa uma cadeira de rodas? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros municipais, realçando uma preocupação comum em relação aos plátanos na vila à qual irá responder. Sobre a questão dos Agrupamentos dos Centros de Saúde, referiu que a Câmara Municipal, por proposta unanime dos senhores vereadores, decidiu que, uma vez que vai haver agrupamento de dois centros de saúde, lhe parece melhor que sejam agrupados a Vila Real. Acrescentou que quando a Câmara foi chamada a tomar uma decisão sobre o assunto, este já estava decidido. Confessou que considerava que o Governo agiu mal pois se era intenção da ARS ouvir a Câmara sobre a reintegração dos agrupamentos deviam tê-lo feito antes de decidir. Sobre este assunto terminou manifestou o seu contentamento por ver que a decisão que foi tomada em reunião de Câmara vai de encontro àquilo que é a opinião da Assembleia Municipal. Sobre a questão da regeneração urbana e a questão dos plátanos, já sabia que esta questão ia ser levantada porque a estratégia é pegar neste assunto para ganhar uns votos. A oposição pegou num assunto estratégico para o Concelho: as folhas dumas árvores numa avenida, os plátanos. Referiu que esteve em Lisboa e, em frente ao Centro Comercial Vasco da Gama e do Pavilhão Atlântico, frequentados por milhões de pessoas, estão árvores idênticas às que estão na Avenida Dr. Augusto Brito, devendo as pessoas estarem malucas para plantar árvores em pleno centro de Lisboa que prejudicam a saúde das pessoas. Acrescentou que tecnicamente não podia discutir as características dos plátanos mas que pode dizer que a pessoa que aconselhou esta plantação é experiente nesta área, não sendo verdade que destrói os passeios. Considera que o Concelho tem problemas maiores do que esta questão dos plátanos pelo que passou a outras questões. Sobre a questão levantada pelo deputado Bruno de Moura Ferreira relativamente ao Simplex Autárquico, considera que arranjou uma forma de diminuir o Concelho em vez de elogiar o Executivo, salientando que de facto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

houve um lapso que foi assumido: Chaves estava em primeiro lugar. Mas entende que, em catorze concelhos, estar em segundo lugar é bastante positivo e que se os outros concelhos de basto não aderiram foi porque não quiseram, sendo este resultado um motivo de orgulho para os mondinenses. Acrescentou que o senhor deputado em vez de elogiar o Executivo, porque em Vila Real, com catorze concelhos, Mondim é o segundo concelho que tem maior desempenho no Simplex Autárquico, pegou nisso para diminuir e desvalorizar o feito dizendo que na região de basto é o único que aparece porque foi o único que se candidatou. Como Presidente da Câmara orgulha-se muito disto que significa uma melhoria da qualidade dos serviços prestados aos munícipes e que, se o Concelho aparece nas notícias por uma boa razão, deve ser valorizado. Relativamente à questão da biblioteca, realçou que houve bastantes avanços (arranjos exteriores, ligação do PT, acessos, ...), estando neste momento quase pronta, aguardando-se o agendamento de uma data pelo Senhor Presidente da República para a inauguração. Quanto à unidade móvel, temos a viatura mas neste momento as Câmaras Municipais têm que aplicar a Lei dos Compromissos e isso vem alterar completamente a forma de cabimentação das despesas e neste momento estamos a reavaliar tudo de forma a poder cumprir essa Lei. É uma Lei que não pode pôr em causa as despesas da Câmara, mesmo na área social. Sobre o encerramento dos tribunais, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o que a notícia diz é que muito provavelmente todos os tribunais que têm menos do que 250 processos, e no caso do tribunal de Mondim até tem mais, e que além dos trinta e sete tribunais inicialmente previstos deverão encerrar mais dezassete, entre os quais Mondim. Face a esta notícia, foi solicitada uma audiência à Senhora Ministra da Justiça para tentar perceber se esta situação é uma notícia formal e se corresponde à intenção do Governo encerrar o Tribunal de Mondim de Basto. Mas fica satisfeito por ver que os partidos da oposição vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de encontro à posição do executivo pois, por vezes, parece que a culpa do possível encerramento do tribunal e da falta de médicos do centro de saúde é do Presidente da Câmara mas quem o está a fazer é o Governo, o Presidente da Câmara apenas pretende defender os interesses das populações. Como disse o Senhor Deputado, o autarca considera que não se deve permitir que o Governo encerre os serviços públicos do Concelho, o que seria uma machadada muito forte economicamente para o Concelho. -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira fez a sua intervenção no sentido de dizer que, quanto ao Simplex, não devemos confundir o orgulho nas medidas efetuadas e não podemos pôr a ânsia e a necessidade de promoção escondendo aquilo que é a verdade pois são coisas distintas. Na questão do orgulho, referiu que fez questão de frisar que não obstante a importância das medidas não se deve utilizar este facto de forma automática. Sugeriu ao Senhor Presidente que avaliasse a sua capacidade de resposta porque relativamente à questão dos plátanos perguntou qual foi o custo e não obteve resposta. Quanto a alusão às árvores em Lisboa, considera que não devemos comparar o que não é comparável. Crê que há outras questões, que não as questões estéticas, que estão por detrás deste alerta e é nessas que se devem basear e não somente nas questões estéticas ou porque estas árvores existem noutros lados. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva, tendo já solicitado a defesa da honra, solicitou à Senhora Presidente da Assembleia e à Mesa, uma vez que se está em democracia e que solicitou em devido tempo a defesa da honra, que o autorizasse, uma vez que foi invocado várias vezes pelo membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida e pelo Senhor Presidente da Câmara, à defesa da honra e que, caso a Mesa não decidisse, sujeitava o mesmo pedido ao plenário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva para defesa da honra. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva referiu que quando o deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida faz referência aos seus textos verifica que o que o preocupa são as suas intervenções e não o estado do Concelho. É natural que a culpa não nasceu hoje e que ela tem nome e tem rosto. Em relação ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que o mesmo lidava mal com as críticas e que procurava desvalorizar as intervenções dos senhores deputados, e que fez analogias que nunca encontrou na sua postura. Terminou dizendo que o seu papel hoje aqui não é de docente, nem de professor, é político e é de alguém que está eleito democraticamente e que aquilo a que o Senhor Presidente da Câmara devia responder, que é afinal quanto custou o projeto, quanto custaram as árvores, não o faz e só responde ao que quer chacoteando a intervenção dos deputados. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para acrescentar à sua intervenção anterior que, em relação aos plátanos, se esqueceu de referir que também os há noutro local: na zona verde de Mondim de Basto. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal----

De seguida, pela Senhora Presidente da Mesa foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2- Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 25 de fevereiro de 2012 -----

O membro da Assembleia Municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que o grupo municipal do CDS-PP iria votar contra, não por questões relacionadas com o conteúdo da ata, mas por não estar em condições de aprovar ou não aprovar esta ata. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 de fevereiro de 2012 que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

foi aprovada por maioria com treze votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção. -----

2.2- Relatório de gestão e documentos da prestação de contas do exercício de 2011 -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma breve apresentação relativamente a este ponto da ordem de trabalhos que se passa a transcrever: *«Apresentamos para apreciação e aprovação os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2011, aprovados por maioria em reunião de Câmara de 16 de abril. Os resultados que apresentamos nestes documentos são, no nosso entender, positivos e confirmam que o caminho de consolidação das contas da autarquia, iniciado em 2009, está a produzir resultados. Afirmamos, e quero repeti-lo, que a melhoria da situação financeira da autarquia irá marcar todo o presente mandato. Tratando-se de documentos extensos, permitam-me, que resumidamente vos refira apenas alguns aspetos que considero importantes. Assim: O endividamento líquido da Câmara de Mondim apurado em 2011 é inferior ao verificado em 2010 em 2.400.000 euros, o que equivale a uma diminuição de 12%. Com estes dados o município deixou de estar na situação de incumprimento que se encontrava desde 2008, deixando assim de sofrer o corte mensal de 10% nas transferências do estado. De acordo com a lei o município deveria reduzir no mínimo 10% do excesso de endividamento, equivalente a 1 182 000 euros e conseguiu reduzir 2 400 000 euros o que corresponde a uma redução de 21% do excesso de endividamento face ao ano anterior. As contas do ano de 2011 demonstram ainda mais resultados positivos para o equilíbrio das contas. Uma diminuição das despesas com pessoal. A diminuição do prazo médio de pagamento que passou de 431 dias em 2010 para 131 dias em 2011. A dívida de curto prazo a fornecedores registou uma diminuição de 60% face ao ano anterior. Estes resultados demonstram que o caminho de rigor nas contas e a diminuição das despesas é o caminho certo com vista ao objetivo que se pretende atingir de consolidação orçamental. É a primeira vez desde há vários anos que o endividamento da autarquia regista uma descida. O esforço será mantido até atingirmos o equilíbrio orçamental. Para conseguirmos estes resultados foi*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

necessário tomar medidas corajosas. Esta redução do endividamento da autarquia foi conseguida num contexto desfavorável: diminuição das receitas da autarquia: as transferências do estado nos últimos anos diminuiram cerca de um terço; durante o ano de 2011 a autarquia pagou em juros e amortizações quase um milhão de euros, 986 720, 56 euros em juros, o que representa 11% do total da despesa; devido ao incumprimento, por ultrapassar o limite de endividamento, a autarquia viu-se privada desde 2008 de 10% das transferências do estado; durante o ano de 2011 não obtivemos nenhuma receita extraordinária de venda de património. Lembro também que a redução da dívida foi conseguida fazendo simultaneamente obra. Estão a decorrer obras no concelho no valor aproximado de 3 000 000 euros. Não é fácil reduzir a dívida e ao mesmo tempo fazer obra. Mas conseguimos atingir este objetivo. Durante o ano de 2011 executamos de QREN o valor 1,7 Milhões de QREN bem acima da média dos últimos anos, 700 Mil Euros. Para terminar lembro que o total da dívida da câmara passou de 19 914245 apurados em 2010 para 17 840 388 em 31 de Dezembro de 2011. Do total da dívida, 94%, ou seja 16 793 703 euros são empréstimos, uns que foram contraídos no passado e os 13,5 ME que foram contraídos em 2010 para pagar as dívidas que herdamos. Ou seja, o atual executivo não só diminuiu a dívida que encontrou, como não é politicamente responsável pela atual dívida da autarquia que, como demonstrei, resulta da gestão do passado. Estamos a pagar a dívida que herdamos. Ao final do 2.º ano invertemos a tendência de subida da dívida que se registou nos últimos anos». -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que não iria fazer referência aos números do relatório mas sim fazer uma análise política do relatório. A obrigação de um autarca, sobretudo nos tempos de crise que atravessamos, é reduzir a dívida do município, ao contrário do que se vê em Mondim de Basto, cuja realidade existente no final de 2008 se agravou em cerca de um milhão de euros. Quando os organismos divulgam os municípios mais endividados fazem-no considerando as dívidas por habitante, isto é, per capita. Assim o fez o INE quando divulgou que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

municípios mais endividados do país eram Lisboa, Gaia e Mondim de Basto, o que não significa que os montantes totais das dívidas de cada um dos municípios fossem sequer passivos, mas sim o que cada um dos habitantes destes municípios deviam era comparável. Não se surpreende que a dívida tenha baixado uma vez que não se improvisa qualquer investimento, excetuando as obras da regeneração urbana mas, ainda assim, com a redução da dívida, encontramos um Concelho que tem a maior taxa de desemprego do Concelho de Basto, que a taxa de emigração do Concelho voltou aos números dos anos 60 e que há uma baixa taxa de natalidade e de fixação das pessoas. Também de acordo com o relatório, o Concelho de Mondim de Basto deixou de fazer parte dos cinquenta municípios com maior resultado económico. Acrescentou que era conveniente aqui recordar as afirmações que o Senhor Presidente da Câmara proferiu em novembro de 2011, num artigo da comunicação social, no qual acusava o presidente do executivo anterior de ter colocado Mondim de Basto no número dos municípios com salários médios nacionais mais baixos. Entende que é chegada a altura de o Senhor Presidente da Câmara assumir também as suas responsabilidades aumentando as taxas de emprego e de natalidade, inviabilizando o abandono, a falta de investimento e a desmotivação de serviços. Considera que o Senhor Presidente já teve tempo e condições mais que suficientes para inverter a lógica da situação e que é preciso sair à procura de emprego e de investimento, tarefa que lhe cabe principalmente, da mesma forma que lhe cabe implementar as promessas eleitorais que fez, como por exemplo o cheque de apoio à natalidade, a unidade móvel de saúde, entre outras. Deixou um requerimento à Mesa a solicitar o seguinte: *«Constatamos que a autarquia gastou uma verba considerável na loja social, que exige que esta Assembleia seja devidamente esclarecida da forma exata como foram gastas e distribuídas tais montantes. Porque se podemos e devemos levar em conta e devido respeito pelo sigilo que o encaminhamento de tais verbas deve merecer, não é menos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

verdade que os apoios concedidos devem ser objeto de escrutínio que evite especulações sobre a ocultação dos beneficiários desta ação ou oportunismo da sua concessão: E assim solicitamos a V^a Ex.^a que nos informe acerca de quem são os atuais beneficiários e que valores lhes foram atribuídos. Permitindo-nos sugerir que sejam produzidos relatórios semestrais sobre esta matéria». E por fim, e porque têm dúvidas que a dívida a fornecedores seja apenas esta, o grupo Municipal do CDS-PP apresentou um requerimento à Mesa no sentido de, ao abrigo do disposto na alínea f) n.º 1 do artigo 53.º da lei 169/99, de 18 de setembro, solicitar e receber informações sobre todas as faturas de fornecedores que deram entrada nos serviços financeiros da Câmara Municipal de Mondim de Basto nos seguintes períodos: 2 de novembro de 2010 até 31 de dezembro de 2010, 2 de janeiro de 2011 até 29 de fevereiro de 2011, bem como a dívida a fornecedores em 29 de fevereiro de 2011.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para afirmar que a dívida aumentou e que o Senhor Presidente da Câmara tem responsabilidades sobre este aumento. -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira fez a sua intervenção no sentido de lembrar que qualquer uma das candidaturas apresentadas às eleições autárquicas pedia contenção para baixar a dívida. Deixou um alerta porque se as forças desejam resultados na redução da despesa, ao nível do desenvolvimento do Concelho infelizmente o resultado não foi o mesmo. Acrescentou que é verdade que Mondim de Basto tem vindo a ver um número significativo de jovens a abandonar o Concelho, de facto o desemprego é um mal que está a assombrar o país, o qual é preciso reverter. Considera que é também necessário que o Senhor Presidente saia do seu gabinete e procure um incentivo visto que o próprio concelho precisa de uma mão e que certamente estará preocupado com esta situação e quererá acrescentar uma mais-valia do ponto de vista do desenvolvimento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Concelho. Concluiu dizendo que, nesse sentido, e se o Senhor Presidente da Câmara assume a responsabilidade dos resultados deste ano da redução, pela primeira vez, desta dívida, crê que lhe ficou mal não assumir também a do ano anterior. -----

O membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida referiu que relativamente à questão da dívida, o Senhor Presidente da Câmara falou sobre a situação financeira que encontrou de endividamento e consequente redução da dívida e que, no entanto, o CDS-PP vem dizer que aumentou. Questionou sobre o facto de, uma vez que a Câmara vai começar a receber aquilo que não recebia porque cumpriu os objetivos estabelecidos, porque é que os membros do CDS-PP dizem que a dívida aumentou. Relativamente ao facto de aludirem a faturas não pagas, esclareceu que foi paga uma fatura relativa a uma máquina, no valor de cerca de 37.000 Euros, respeitante ao ano de 1999 à empresa Higinio Pinheiro, existindo esta dívida, entre outras e que quem está a pagar as obras dos Paços do Concelho é este executivo e não o anterior, pelo que não percebe as dúvidas levantadas pelos deputados do CDS-PP. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que, perante a diminuição da dívida, o desespero da oposição é dizer que a dívida aumentou, mas que, para desencanto de muitos, ela de facto diminuiu. Há aqui duas questões que lhe parecem particularmente graves, não sendo a primeira vez que se põe em causa os serviços da Câmara, e em tudo o que ouviu, o facto de não acreditarem na dívida a fornecedores, referiu que as contas da Câmara têm rigor e transparência e que, caso o Senhor Deputado Fernando Avelino Oliveira Silva tivesse alguma dúvida, que assumisse e usasse da palavra para dizer quais são as faturas escondidas. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para chamar a atenção da Mesa para algum vocabulário e alguns termos utilizados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que são inadmissíveis. Considera que esta postura é inadequada a um presidente do município. Terminou dizendo ao Senhor Presidente da Câmara que pedem requerimentos porque estão no seu papel legal e legítimo de fiscalizar o executivo e que é enquanto tal que o fazem. O membro municipal não aceita nem permite os termos utilizados pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que o que disse foi que o senhor membro da Assembleia Municipal insinuou questões que ele não pode aceitar, não havendo faturas escondidas nem obras que não são pagas, porque as obras estão a ser pagas. Não admite que venham aqui à Assembleia Municipal lançar insinuações sobre os serviços da Câmara nem sobre si próprio. Terminou dizendo que os resultados das contas são muito positivos e o caminho deve ser prosseguido nos próximos anos e tudo será feito para que no final do mandato a dívida seja inferior àquilo que é hoje. ----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, lamentou que o Senhor Presidente da Câmara use a estratégia de os colocar contra os técnicos da Câmara, pois não é contra o trabalho dos técnicos, que o fazem sob orientações. O que é dito é que não são pagas obras e é próprio relatório que diz que só foi executado em pagamento 25 %, realçando que ninguém utilizou a palavra esconder faturas. Reafirmou que o Senhor Presidente da Câmara também não assumiu que em 2010 aumentou a dívida e alertou que quer os membros municipais, quer os vereadores do CDS-PP estavam atentos às despesas. Terminou pedindo que o Senhor Presidente da Câmara não os colocasse novamente contra os técnicos da Câmara pois o que apontam é a sua gestão. -----

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a **Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do relatório de gestão e documentos da prestação de contas do**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

exercício de 2011 que foi aprovado por maioria com doze votos a favor e sete abstenções. -----

2.3- Primeira Revisão ao Orçamento de 2012 -----

Não havendo intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a **Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Primeira Revisão ao Orçamento de 2012 que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.4- Abertura de um procedimento concursal – Técnico Superior em Geografia e Planeamento -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que a técnica que exerce na Câmara Municipal é uma excelente profissional e que a abertura deste concurso é merecida. O CDS-PP entende que devido à construção da Barragem do Fridão é necessário uma técnica nessa área e que se preocupam com o novo estudo da linha de alta tensão e esperam que a autarquia consiga que esta técnica faça um bom trabalho. -----

O membro municipal Luís Sabino de Moura usou da palavra para referir que em Mondim de Basto nem sempre é visível o sentido do direito da justiça. De facto, a Câmara tem despesas muito elevadas e é uma questão que preocupa toda a gente, mas considera que para um funcionário que trabalha há mais de seis anos, que poderia estar nos quadros como tantos outros, a expectativa é mais que legítima. -----

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a **Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Abertura de um procedimento concursal – Técnico Superior em Geografia e Planeamento que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.5- Pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de serviços de telecomunicações moveis -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a **Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação o pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de serviços de telecomunicações móveis que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.6 Informação do Executivo -----

Sobre este ponto o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para se referir à nova Lei dos Compromissos, esclarecendo que, até aqui, todos os pagamentos da Câmara eram feitos numa lógica orçamental e que com esta nova Lei altera-se a lógica de pagamentos e de emissão de requisições, quer seja para as Câmaras, quer seja para as juntas de freguesia, quer para os serviços públicos. A partir de agora, a lógica dos pagamentos é feita com base nos fundos disponíveis, o que está a criar muitas dificuldades de tesouraria. Alertou para que caso ouvissem algumas queixas de associações, de clubes de futebol e de fornecedores pela falta de pagamentos, isto tem a ver com a aplicação desta nova Lei dos Compromissos, estando a autarquia a fazer um esforço para que os serviços essenciais sejam assegurados. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, antevendo que o mesmo não irá responder, relativamente a uma reunião ocorrida entre o presidente da autarquia e a REN, sobre a passagem de linha de alta tensão, agradecendo com toda a delicadeza que o informasse sobre o teor dessa mesma reunião. Terminou dizendo que iria fazer chegar esse pedido de informação por escrito ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Tendo a Senhora Vereadora Teresa Rabiço pedido autorização à Senhora Presidente da Mesa para intervir, e tendo a mesma sido autorizada, questionou a bancada do CDS-PP sobre o facto de ter ouvido alguém referir uma despesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

exagerada na loja social, solicitando saber a que se refetiram para os poder esclarecer. -----

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva esclareceu que o requerimento tinha sido entregue à Mesa, sendo aconselhável a sua leitura. ----

2.7- Intervenção do Público -----

Encerramento da Reunião -----

Tendo terminado as intervenções, a **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Encerramento da reunião -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 29 de junho de 2012 e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Mesa e Primeiro Secretário que a redigiu.

